

Boletim Informativo 07

ProfEPT – Julho de 2024

12 de julho de 2024



Registro da turma 7 ingressante no ProfEPT em 2024, com docentes e gestores institucionais no campus Jaguari.

(Foto cedida por Carlos Eduardo Schmitt, discente ingressante na turma 2024)

Apresentação

Estamos iniciando o mês de julho de 2024. Numa condição de normalidade estaríamos neste período finalizando o primeiro semestre letivo de 2024. No entanto, vivemos um período de incertezas e anormalidades, onde a maior enchente que assolou o estado do Rio Grande do Sul aconteceu neste período. Muitas pessoas perderam seus lares, seus locais de trabalho e familiares.

Cidades ficaram destruídas. Boa parte dos municípios do estado do Rio Grande do Sul teve prejuízos e estes, estão impactando e ainda vão impactar na economia, na agricultura, na indústria, no comércio, setores produtivos em geral, também na educação, na cultura, no turismo, na infraestrutura e transportes, nas vidas de todos os cidadãos rio grandenses, brasileiros e até fora do Brasil.

Frente a esse contexto vivenciado foi necessário parar e desenvolver parcialmente as atividades também no mestrado ProfEPT do IFFar, campus Jaguari, tendo em vista que o Vale do Jaguari e seu entorno foi bastante atingido.

Precisamos também, dar destaque neste momento ao movimento paredista de técnicos administrativos e docentes das instituições de ensino superior do Brasil, Universidades, Centros de Formação e Institutos Federais cuja luta por melhores condições de trabalho, de salário e pela educação como um todo, aconteceu também neste período, e, neste sentido, enquanto programa de formação que pensa a educação em seu contexto geral, também impactou no desenvolvimento de nossas atividades, sendo mantidas, aquelas consideradas essenciais para o momento.

Desta forma, com base neste contexto, a organização e a divulgação do boletim informativo 07 do curso, desenvolvido quadrimestralmente, e que seria publicado em meados do mês de maio, foi temporariamente suspensa e retomada neste momento, para a que a comunidade interna e externa ao IFFar se aproprie das atividades e produções desenvolvidas no programa no período de fevereiro a julho de 2024.

Neste período muitas coisas boas também aconteceram dentro do Programa e que merecem destaque. Tivemos o ingresso de nossa sétima turma, totalizando 173 matrículas efetivadas dentro do curso desde 2017, quando o mesmo iniciou. Neste período totalizamos 103 defesas de relatórios de dissertação e de produtos educacionais, sendo que destas, 17 aconteceram somente neste semestre. Tivemos também 22 processos de qualificação de projetos de pesquisa dos estudantes ingressantes na turma 2023, mais 02 processos de estudantes da turma ingressante em 2022, totalizando 24 bancas formadas com o envolvimento de discentes, docentes internos ao programa e avaliadores externos a instituição que contribuíram com o ProfEPT avaliando os trabalhos produzidos pelo programa. Contabilizamos 09 evasões, desde que o curso iniciou em 2017, até o primeiro semestre de 2024.

Este contexto e esses números sinalizam para o sucesso do curso, e demonstram mais do que nunca a capacidade, o comprometimento e a força de trabalho emanados por todos os envolvidos direta e indiretamente neste programa. Fazer formação *stricto sensu* é sempre um desafio, ainda mais em um ano em que passaremos por uma nova avaliação quadrienal, porém o trabalho e o esforço do coletivo que faz o ProfEPT acontecer demonstram a seriedade com que enfrentamos o que nos propusemos a fazer.

Neste boletim, socializamos com os leitores um pouco das nossas atividades realizadas no período de fevereiro a julho de 2024, incluindo ingresso de nova turma, qualificações de projetos de pesquisa, defesas de dissertações e de produtos educacionais, produções desenvolvidas entre outros aspectos.

Nesta sétima edição do boletim, primeiro do ano de 2024, foram destacados os seguintes itens relativos às atividades desenvolvidas no programa:

- Editorial sobre temas e pesquisas desenvolvidas no ProfEPT do IFFAR
- Programa teve ingresso de sua sétima turma no ano de 2024
- Defesas de dissertações e qualificações de projetos

- Como o mestrado ProfEPT fez a diferença na minha vida profissional!!
- Docente do ProfEPT IFFar *Campus* Jaguari publica livro contemplando a temática de Bases Conceituais em Educação Profissional e Tecnológica
- Docentes vinculados ao programa.
- Equipe organizadora, nossos contatos e localização.

Gratidão a todos os colaboradores: discentes, egressos, docentes e demais servidores do IFFar, os quais permitiram que a edição deste Boletim fosse construída e divulgada para toda a comunidade interna e externa à instituição.

Desejamos a todos, todas e todes uma excelente leitura!!!

Taniamara Vizzotto Chaves

Docente do ProfEPT - IFFar

Coordenadora do ProfEPT - IFFar, campus Jaguari

Julho de 2024

Editorial sobre temas e pesquisas desenvolvidas no ProfEPT do IFFAR

A partir do volume 06 do Boletim Informativo do ProfPET do IFFar, iniciamos a partilha de algumas reflexões sobre temas de interesse coletivo desenvolvidos também no espaço da EPT e que também são pesquisados por discentes e docentes do ProfEPT do IFFar.

Os textos são produzidos por discentes do programa e têm vínculo com os temas pesquisados pelos mesmos dentro do mestrado. Apresentam portanto, não apenas um caráter informativo mas também educativo e demonstram a função social do programa por meio da abordagem de temas de interesse social e coletivo, numa perspectiva de contribuir para com a formação cultural e geral das pessoas.

Nesta edição contribuíram com a escrita as mestrandas Mônica Ribeiro de Araújo, cujo título do projeto e pesquisa é **“A política de verticalização do ensino e a intensificação do trabalho docente nos Institutos Federais de Ensino do Rio Grande do Sul: exigências, complexidades e adoecimento mental”** e Joice Pereira Soares, cujo título da dissertação defendida é **“Reforma de Ensino Médio: Condições de Produção da desigualdade”**. O projeto da mestranda Mônica está vinculado à Linha de Pesquisa Práticas Educativas em EPT sendo orientado pela professora Dra. Ana Cláudia de Oliveira da Silva. Já a dissertação e o produto educacional produzidos pela egressa Joice estão vinculados à Linha de Organização e Memórias dos Espaços Pedagógicos na EPT, sendo orientados pela professora Dra. Leticia Ramalho Brittes.

A seguir, os textos e as reflexões produzidas pela mestranda Mônica e pela egressa Joice.

Texto 01: Equilibrando Demandas Profissionais e Qualidade de Vida: a realidade dos docentes dos Institutos Federais

Por: Mônica Ribeiro de Araújo

(Psicóloga, Especialista em Gestão de Pessoas e Marketing, Técnica Educacional do IFSULDEMINAS; Mestranda do ProfEPT - Polo do IFFar, Turma 2022, orientada pela Profa. Dra. Ana Claudia de Oliveira da Silva, Linha de pesquisa 01)

"O educador se eterniza em cada ser que educa."
Paulo Freire, (2000)

Ser docente exige um processo contínuo de aprendizado e aprimoramento, além disso, diferentes contextos e necessidades podem exigir abordagens variadas. Antoni Zabala (1998), em seu livro “A Prática Educativa: como ensinar”, nos faz refletir sobre o ato de ensinar e todas as variantes que o envolvem, mostrando o quão complexa é essa atividade profissional, com suas exigências, peculiaridades, pluralidades e necessidades. A complexidade da prática educativa se dá quando respeita-se todas as suas variantes e se executa a atividade docente como um processo que deve ser planejado e se necessário (re)pensado para melhor compreensão das informações e conteúdos. O autor destaca ainda, sobre a importância de determinar os objetivos educativos que se pretende alcançar e, a partir de então, realizar o planejamento em uma sequência didática dos conteúdos a serem ministrados. Sendo estes objetivos os balizadores para os ajustes, caso sejam necessários.

Compreender o ensinar é conseguir elaborar estratégias capazes de possibilitar o melhor entendimento dos alunos acerca dos conteúdos, bem como facilitar o desenvolvimento do aluno como um todo, levando em consideração a função social do ensino e de como se aprende, respeitando sempre a subjetividade de cada um.

Porém, contemplar essas necessidades requer muita dedicação ao trabalho podendo ocorrer sobrecarga e a perda da qualidade de vida. Esse processo acomete, em especial, os docentes dos Institutos Federais, devido à política de verticalização do

Ensino, a qual possibilita e exige do profissional da educação que atue em diferentes níveis de ensino, lecionando desde a educação básica até a pós-graduação.

O ensino verticalizado se torna mais complexo devido à organização do currículo, que se dá de maneira integrada, sendo que cada nível deve ser construído sobre o anterior havendo um diálogo entre as formações e o avanço das habilidades, conhecimentos e complexidade do conteúdo ao longo dos anos. Para Pacheco (2011, p. 21-22-24), o ensino verticalizado dos IF's deve percorrer um caminho na construção de seus currículos de forma que estejam “centrados na dimensão tecnológica que passa pelos aspectos: material das tecnologias envolvidas na formação profissional pretendida; prático ou pela arte do como fazer.”

Promover o ensino integral desde a perspectiva da verticalização proporciona uma compreensão mais completa e aprofundada do conhecimento, promovendo a formação omnilateral do discente. E neste contexto, como fica o docente? Será que ele está recebendo o apoio necessário para executar suas atividades profissionais? Será que diante de tantas exigências e complexidades de sua carreira, o profissional docente dos Institutos Federais de Ciência e Tecnologia estão tendo minimamente as condições adequadas para exercerem suas necessidades pessoais, sociais e de lazer?

No modelo de ensino verticalizado, o trabalho do docente requer uma dinâmica diferente do ensino tradicional, pois ele tem que conciliar “diferentes níveis e modalidades da educação profissional e tecnológica, tomando para si a responsabilidade de possibilidades diversas de escolarização como forma de efetivar o seu compromisso com todos” (Brasil, 2008, p. 27).

Porém, faz-se necessário que haja infra-estrutura e mecanismos administrativos e pedagógicos capazes de dar o devido suporte a este profissional, de maneira que ele possa ter um desempenho satisfatório para si e para atender as necessidades exigidas pelas Instituições de Ensino como um todo.

Para Araújo e Mourão (2021, p.7),

A precarização no mundo da escola não pode ser entendida apenas como o trabalho executado em condições inadequadas que gerem sofrimento e/ou

adocimento do trabalhador. Para além desse aspecto, no âmbito do trabalho do professor, a precarização consolida-se como processos dinâmicos e complexos de exploração da força de trabalho, programas arrojados de intensificação do trabalho docente que geram sofrimento psíquico provocado pelas cobranças e imposições dos sistemas de ensino, das avaliações de larga escala e, por fim, pelo alargamento das competências que são exigidas do professor para executar o seu trabalho.

E ainda, para Borsoi, (2012, p. 98, *apud* Canian *et al.*, 2022, p.151):

Mesmo que as atividades dos docentes impliquem uma intensa exigência cognitiva e eles despendam tempo em jornadas que, muitas vezes, ultrapassam 40 horas semanais, o resultado de seu esforço é, em geral, impalpável. Ministrar aulas, pesquisar, participar de reuniões deliberativas, orientar estudantes – tudo isso faz parte de uma produção quase sempre invisível aos olhos da própria comunidade acadêmica e, em particular, aos daqueles que estão fora dessa coletividade. Muitas de suas tarefas são, de fato, não produtivas e apenas furtam tempo significativo de uma jornada, nada acrescentando ao docente e à instituição. Isso é caracterizado como extremamente oneroso e é percebido como uma demanda que “emperra a produção acadêmica”. Mas não apenas isso. Esse “emperrar” a produção acadêmica conduz o docente a se sentir improdutivo, apesar de considerar que trabalha em demasia. (Borsoi, 2012, p. 98, *apud* Canian *et al.*, 2022, p.151).

O fato de haver atividades não mensuráveis no desempenho de suas atribuições, exigindo maior tempo de trabalho, torna ainda mais exaustiva a sua jornada laboral. Essa intensificação do trabalho pode resultar em cansaço extremo, estresse elevado, falta de tempo para descanso e recuperação, além de impactar negativamente na saúde física e mental, e está diretamente ligada à quantidade de esforço, energia ou atenção concentrada que um trabalhador investe em suas tarefas.

A compreensão da noção de intensidade requer a focalização do raciocínio sobre a pessoa do trabalhador ou seus coletivos, e não sobre os outros componentes do processo com capacidade de alterar resultados, tais como as condições tecnológicas. Sempre que se fala em intensidade do trabalho, volta-se a atenção para a análise de quem trabalha, para o trabalhador. (Rosso, 2006, p.4).

Nesse sentido, mencionar a pessoa do trabalhador significa reconhecer a importância de considerar as características individuais, necessidades e limitações dos trabalhadores. Cada pessoa pode reagir de maneira diferente à intensidade,

dependendo de fatores como habilidades, saúde, motivação e equilíbrio entre vida profissional e pessoal.

E no caso do docente EBTTs, é notório o quanto seu trabalho exige se si, no momento em que a:

Atividade de ensino soma-se a outras relacionadas à pesquisa, à extensão, à autoformação e/ou à gestão. Ele precisa estar atento e disposto a estabelecer e cumprir uma agenda e todo um cronograma de atividades, tais como participação em eventos para estar sempre se atualizando e trazendo novidades para os alunos; participação em projetos de pesquisa e extensão; fazer palestras; além de planejar aulas e elaborar trabalhos e provas; supervisionar estágios obrigatórios; afora a necessidade de levar trabalhos para terminar nos finais de semana. Enfim há um leque de afazeres e de responsabilidades que não se restringem ao seu horário formal na escola, ao final de um dia de expediente de trabalho ou até mesmo de um semestre de atividades. (Reis, 2013, p.39).

Isto posto, podemos perceber que o trabalho docente requer quase que uma dedicação exclusiva ao trabalho, porque suas atividades vão além do momento em sala de aula. Exigindo deste profissional uma condição de arranjo entre seus afazeres pessoais, profissionais e de lazer.

À medida que se impõe diversas atividades, mesmo fazendo parte do mesmo escopo, isso traz para esse profissional uma dispensa de energia para que possa administrar e alcançar de maneira eficiente e eficaz as demandas solicitadas. Entretanto, vale destacar que a vida do docente não se resume apenas ao trabalho, assim como qualquer outro profissional, é necessário pensar neste indivíduo de forma completa.

O aumento da sobrecarga física e emocional produz um estado de angústia e sofrimento. Esses sentimentos se sobrepõem à satisfação profissional e à realização pessoal, podendo levar ao adoecimento físico e mental.

Christophe Dejours, médico psiquiatra e psicanalista francês, na década de 1980 elaborou em seu livro “A Loucura do Trabalho”, uma abordagem científica de como os indivíduos lidam com as pressões e dificuldades laborais, tendo como foco o sofrimento psíquico e os mecanismos utilizados pelos trabalhadores como forma de enfrentamento e superação dos desafios no mundo do trabalho. Para o autor, “até indivíduos dotados

de uma sólida estrutura psíquica podem ser vítimas de uma paralisia mental induzida pela organização do trabalho” (2002, p.45).

Desta forma, devemos observar o que está sendo feito com e para os professores ao transformá-los em máquinas de produção, e conseqüentemente tornando-os com menos produtivos e realizados profissionalmente, bem como mais adoecidos e infelizes. Sobre este último aspecto, Paschoal, Torres, Porto (2010, p.1066), em um estudo sobre a felicidade no trabalho, destacam que “quanto mais positiva é a percepção de gestão de desempenho e de suporte social, mais afeto positivo é vivenciado no trabalho e quanto maior a percepção de sobrecarga, menos afeto positivo é vivenciado.”

Não temos como determinar o que poderá trazer mais ou menos bem-estar no trabalho e felicidade, porque cada indivíduo responde de uma maneira diferente aos estímulos e experiências vividas, porém o predomínio de emoções positivas, metas pré-estabelecidas passíveis de cumprimento, o desenvolvimento profissional sendo reconhecido, um ambiente de trabalho com suporte e um período do dia para realização de afazeres pessoais e de lazer, podem trazer benefícios ao trabalhador e, em conseqüência, bem-estar e felicidade.

Por fim, além de benefícios pessoais e profissionais, refletir sobre a precariedade das condições de trabalho e a sobrecarga docente no contexto dos Institutos Federais faz parte do processo de luta por uma educação emancipadora para todos, estudantes e profissionais. Como afirma Marx: “Temos de emancipar a nós mesmos antes de poder emancipar os outros”.

Referências

ARAÚJO, J. J.C.N. , MOURÃO A. R. B. O Trabalho Precário nos Institutos Federais: uma análise dos processos de intensificação do trabalho verticalizado. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 47, 2021.

BRASIL. Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 2008.

- BRASIL. Ministério da Educação. **Concepção e diretrizes**. Brasília: DF, 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Os Institutos Federais: Uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília: DF, 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Um novo modelo em educação profissional e tecnológica**. Brasília: DF, 2010
- DEJOURS, C. **A Loucura do Trabalho** - Estudo de Psicopatologia do Trabalho. 5ª ed. Cortez Editora, 1994.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. 15ª ed. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 2000.
- LIMONGI-FRANÇA, A. C. **Qualidade de Vida no Trabalho - QTV: Conceitos e Práticas nas Empresas da Sociedade Pós-industrial**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- MENDES, A. M. (org.). **Psicodinâmica do Trabalho: Teoria, Método e Pesquisas**. 1ª ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.
- OLIVEIRA, B. C. de; CRUZ, S. P. da S. Verticalização e Trabalho Docente nos Institutos Federais: Uma Construção Histórica. **Rev. HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 17, n. 2 [72], p. 639-661, abr./jun. 2017.
- PACHECO, E. **Fundamentos Político-Pedagógicos dos Institutos Federais: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora**. Natal: IFRN, 2015.
- PACHECO, E. (org.) **Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. São Paulo: Fundação Santillana, Moderna, 2011.
- PASCHOAL, T; PORTO, J.B.; TORRES, C.V. Felicidade no Trabalho: relações com suporte organizacional e suporte social. Curitiba: RAC, v.14, nº6 art.4, p. 1054-1072, nov/dez. 2010.
- ZABALLA, A. **A Prática Educativa**. Como Ensinar. Porto Alegre: ArtMed, 1998.
- Texto 02: A Reforma do Ensino Médio e a manutenção da Hegemonia**

Por: Joice Pereira Soares

(Licenciada em Letras Português e Literatura Brasileira, Docente da Escola Municipal Pão dos Pobres, Santa Maria, RS; Egressa do ProfEPT, Turma 2022, IFFar - Campus Jaguari, orientada pela Profa. Dra. Leticia Ramalho Brittes, Linha de pesquisa 02)

Este texto é uma sistematização de minha pesquisa de mestrado, desenvolvida junto ao ProfEPT que foi orientada pela Prof. Dra. Letícia Ramalho Brittes. É vinculado à linha de pesquisa 2: Organização e memórias dos espaços pedagógicos na EPT e também integra o conjunto de pesquisas do GECPOL – Grupo de Estudos e Pesquisas em Gestão Educacional, Currículo e Políticas Públicas, grupo este credenciado ao CNPQ no qual atuo como estudante e pesquisadora.

Inicialmente, destaca-se que em 31 de Agosto de 2016, o Brasil assistiu a mais um golpe antidemocrático em sua história, Dilma Rousseff tinha seu mandato interrompido sem ter cometido crime de responsabilidade, poucos dias depois da efetivação do golpe, em 22 de setembro do mesmo ano, o presidente Michel Temer apresenta uma profunda reestruturação na educação brasileira, a Reforma do Ensino Médio, imposta por meio de ato autoritário, já que veio em forma de Medida Provisória (MP n.746/2016). Chama a atenção a celeridade com que essa medida foi apresentada, mostrando que essa Reforma estava na agenda mesmo antes de se concretizar o golpe.

A Reforma de Ensino (Lei nº13.415/2017) imposta por Temer, é muito semelhante à proposta que o candidato Aécio Neves, derrotado no pleito de 2014, trazia em seu projeto de governo^[1], ressalta-se que Aécio Neves era o representante favorito dos defensores das políticas mercantis naquela eleição. Também são semelhantes os discursos em defesa dessas mudanças. Nas duas propostas, encontramos a retirada de componentes curriculares da de ensino, apenas Língua Portuguesa e Matemática manteriam a obrigatoriedade, outra semelhança são os

percursos formativos e a orientação para os caminhos a seguir, que se traduz, na Reforma apresentada, na disciplina de Projeto de Vida.

Outro ponto convergente que se observa é o discurso do protagonismo do estudante, que foi muito difundido nas publicidades do governo enquanto apresentava a reforma à população. A falsa ideia de que todos os alunos terão as mesmas ferramentas e opções para escolher o que querem estudar. O incentivo às parcerias com o setor produtivo também estava nesse plano, que cabe ressaltar: foi apresentado à população em 2014, porém não foi escolhido pela maioria dos eleitores brasileiros, mas que, após o golpe, foi rapidamente implantado, mostrando que era de grande interesse para o bloco que assumia o poder.

A reforma de ensino não era o único objetivo por trás do golpe, mas era uma parte importante na efetivação de um projeto de poder e influência que a classe dominante tem para o Brasil. Uma vez que, através dela, a formação da classe trabalhadora tende a ser mais precária, a limitação de acesso a disciplinas que estimulam a criticidade nos estudantes nos mostra isso.

Embora na redação final da Reforma, as disciplinas de Filosofia e Sociologia, que eram retiradas na MP inicial, tenham voltado a figurar no texto, esse retorno foi em forma de “estudos e práticas”, essa mudança de nomenclatura, conforme Lima e Maciel (2018, p.14), permite que tais disciplinas “sejam [...] tratadas como temas transversais, diluídos em outras disciplinas da BNCC, e não necessariamente como componentes curriculares independentes”. Percebe-se, assim, que o intuito é empobrecer o estímulo à criticidade nos jovens.

Reestruturar o ensino integra uma gama de mudanças feitas no período pós-golpe, somam-se a essa política, as reformas trabalhista e previdenciária, bem como a PEC do teto de gastos, a EC-95, que limita os investimentos públicos em áreas fundamentais, inclusive na educação. Tal medida demonstra que investir em melhorias nessa área não era a real preocupação por trás das políticas daquele governo. Essas

novas leis materializaram os anseios das classes dominantes, pois precarizam os serviços públicos que atendem justamente à classe trabalhadora. Na visão do Estado brasileiro pós-golpe, os gastos em educação deixam de ser investimentos e passam a ser vistos como um problema a ser combatido.

Para justificar a suposta necessidade de Reforma, o governo investiu fortemente em publicidades nos Meios de Comunicação, focando, principalmente, na tese de que o aluno seria o protagonista de sua formação, podendo escolher o que gostaria de estudar. Há de se considerar, porém, que as escolas não precisarão ofertar os 5 itinerários formativos, as escolas públicas, em especial, não terão recursos para toda essa oferta, dessa forma, esse argumento do protagonismo na escolha não se sustenta.

Sabe-se que os alunos mais carentes estudam nas escolas mais próximas de suas casas, já que o transporte também representa um gasto. Também vale lembrar que, com base no CENSO escolar de 2016, 53% dos municípios brasileiros possuem apenas uma (1) escola de Ensino Médio^[2], para os jovens que vivem nessas cidades e não têm condições financeiras de se deslocarem para os grandes centros para estudar, o argumento da “escolha” também não é válido, a educação destes estará condicionada ao que aquele município quiser ou puder ofertar, essa condição é uma das provas de que essa Reforma buscou aprofundar as desigualdades.

Outra grande injustiça trazida com a reforma é a limitação das condições de ingresso ao ensino superior, muitos jovens não terão sequer a oportunidade de escolher ter acesso aos conhecimentos necessários para concorrer a uma vaga nas Universidades, uma vez que os vestibulares e a prova do ENEM cobram dos alunos o conhecimento de áreas que se tornaram itinerários formativos e não estão mais na formação básica dos estudantes. Mas o acesso da classe trabalhadora à educação superior não é uma preocupação do bloco que assumiu o monopólio do poder no período pós-golpe.

As publicidades do governo federal buscavam convencer a população de que o Novo Ensino Médio resolveria os “problemas” da educação brasileira. Conforme o discurso das várias propagandas que iam ao ar nas redes de televisão e rádio, a reforma, além de trazer aos jovens maior protagonismo, diminuiria os índices de evasão, já que o aluno estudaria aquilo que lhe é atrativo, e também permitiria uma educação para o mundo do trabalho mais eficaz.

Cabe lembrar, no entanto, que as reais causas da evasão escolar não são trabalhadas nesta política, haja vista que, conforme dados do IBGE, em 2018, a evasão escolar foi oito (8) vezes maior entre os mais pobres, ou seja, a questão social é disparada a principal razão para o abandono escolar^[3], e não a suposta falta de uma escola atrativa.

Sobre o argumento da educação para o mundo do trabalho, é importante lembrar que essa modalidade de educação já tinha um embasamento legal no decreto 5.154 que, em 2004, já regulamentou a educação profissional técnica de nível médio no Brasil, ou seja, já haviam sido estabelecidas formas de articulação entre formação básica e formação técnica sem que houvesse a “escolha” obrigatória por uma dessas formações, como o faz essa Reforma. O decreto estabeleceu três modalidades de articulação da educação técnica com o Ensino Médio, a saber: Integrada; Concomitante; e Subsequente

Em nenhuma dessas modalidades, entretanto, há a substituição de um tipo de formação por outro, o que nos permite inferir que fomenta uma educação integral. Enquanto a Reforma do EM ignora a formação integral, já estabelecida em 2004, para focar numa formação que discrimina o tipo de educação à qual o jovem terá acesso. Assim, formar-se-á dois tipos de estudantes: um com a formação clássica; e o outro para suprir as necessidades imediatistas do mercado de trabalho.

Dessa forma torna-se visível que a educação integral não é preocupação de quem formulou e/ou incentivou a reforma, uma vez que já havia uma legislação para

embasar a educação para o trabalho sem perdas para a formação dos estudantes. É necessário, portanto, pressionar o governo para que a educação integral siga o que fora estabelecido no decreto 5.154/2004. Esse decreto serviu de base para a criação dos Institutos Federais em 2008 e deveria ser replicado como alternativa para os demais jovens, já que os Institutos não são acessíveis a todos os interessados em formação técnica, haja vista que para ingressar nessas escolas existe um processo seletivo.

Na sequência da Reforma do Ensino Médio, ainda em 2017, veio também a instauração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Essa base traz os conhecimentos ditos imprescindíveis na formação dos jovens, entretanto não dialoga com a diversidade que um país continental como o Brasil apresenta. Também fomenta um currículo tradicional e gerencialista, ou seja, veta a criticidade, busca mecanizar a sala de aula reduzindo o papel do professor a mero “transmissor de conhecimentos já produzidos”.

Essa mera transmissão de conhecimentos pode acarretar na ausência de sentido nos conteúdos por vezes trabalhados. Uma base comum, para um país tão vasto e culturalmente diverso, tende a transformar o currículo em algo ainda mais alheio à realidade do estudante, diminuindo assim a aprendizagem significativa, mas tais questões não são consideradas pelos empresários que tanto investiram na aprovação da BNCC.

Os defensores da BNCC afirmam buscar essa neutralidade, entretanto o grupo com maior voz na formulação curricular do Novo Ensino Médio é o MPB (Movimento Pela Base), formado por figuras do empresariado brasileiro, Andrade Neves e Piccinini apresentam as empresas e organizações por trás do MPB:

Reunidas através de suas fundações “familiares” empresariais e/ou supra empresariais: Itaú, Natura, Ab Inbev, Grupo Globo, Odebrecht, Braskem13, Credicard, Procter & Gamble, Shell, Consórcio LIDE, Suzano Celulose, Samsung, Playstation, Avon, Dudalina, Englishtown, Citibank, Nestlé,

Odontoprev, Oracle, Droga Raia, Boeing, Souza Cruz, Telefônica, entre vários outros, se organizam com o objetivo de patrocinar iniciativas voltadas a “melhoria da qualidade da educação” [...] A estas empresas, juntam-se também organizações não governamentais que atuam em diversas esferas do campo educacional, em especial, na educação pública como as amplamente conhecidas Fundação Cesgranrio, Instituto Ayrton Senna, Fundação Lemann, Fundação Roberto Marinho, Instituto Natura, Instituto Unibanco, Itaú Social. Destaque à Organização Social “Todos Pela Educação”, expoente ideológico do empresariado contemporâneo que busca dirigir a educação pública, e que foi a precursora e naturalmente figura no Movimento pela Base. (Andrade; Neves; Piccinini, 2017, p. 8)

É importante refletir sobre os interesses que possam estar por trás do esforço dos donos dos meios de produção do capital na formação dos jovens, a neutralidade é a manutenção da hegemonia, portanto quando os ricos defendem que a escola deve se abster do pensamento reflexivo, estão advogando em causa própria, pois esse cenário perpetua os privilégios aos já privilegiados, deixando as injustiças para os já injustiçados.

Assim, a implementação da BNCC acompanha esse ideal de formação de um jovem não-crítico, que seja facilmente manipulável e não se veja na condição de explorado num mercado de trabalho cada vez mais precário. Quanto à reforma, ficou evidente seu potencial empobrecedor, já que também não aporta criticidade ao estudante, pelo contrário, desestimula o pensamento reflexivo, não contribuindo para uma educação no sentido omnilateral.

Levando todos esses fatos em consideração, não resta outra alternativa para os defensores de uma educação emancipatória, a resistência precisa ser cada vez maior, não podemos permitir que usem da educação para naturalizar ainda mais as injustiças sociais. Uma educação crítica e integral depende do posicionamento crítico dos professores e de toda a comunidade escolar. A Reforma do Ensino Médio está em debate novamente, o movimento por sua revogação aumentou nos últimos anos. Faz-se urgente unir forças para resgatarmos as chances de formação com mais equidade para nossos jovens.

Referências

ANDRADE, M. C. P.; NEVES, R. M. C.; PICCININI, C. L. **Base nacional comum curricular: disputas ideológicas na educação nacional**. Colemarx, 2017. Disponível em: <http://www.niepmarx.blog.br/MM2017/anais2017/MC37/mc373.pdf>.

BRASIL. Portaria nº 733 de 16 de Setembro de 2021. Institui o Programa de itinerários formativos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 16/09/2021. Ed 177, Seção 1. pg. 53 Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-733-de-16-de-setembro-de-2021-345462147>.

BRASIL. Portaria 521 de 13 de Julho de 2021. Institui o Cronograma Nacional de implementação de implementação do Novo Ensino Médio. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 13/07/2021. Ed 131, Seção 1. pg. 47. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-521-de-13-de-julho-de-2021-331876769>.

BRASIL. Lei nº 13.415 de 16 de Fevereiro de 2016. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 17/02/2017. ANO CLIV, nº 35. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=17/02/2017..>

BRASIL. Medida Provisória Nº 746, de 22 de setembro de 2016a. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 23 set. 2016. seção 1. Pg.1-2. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=23/09/2016&jornal=1000&pagina=1>

BRASIL. Portaria nº 331/2018. Institui o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular - ProBNCC e estabelece diretrizes, parâmetros e critérios para sua implementação. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF. 06/04/2018. Ed: 66. Seção: 1. Pg: 10. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-331-de-5-de-abril-de-2018-9385655?inheritRedirect=true>.

LIMA, M., LOPES MACIEL, S. **A Reforma do Ensino Médio do governo Temer: corrosão do direito à educação no contexto de crise do capital no Brasil.** Revista Brasileira de LIMA, Venício A. de. A direita e os meios de comunicação. In: CRUZ, Sebastião Velasco e, KAYSEL, André e CODAS, Gustavo (Org.). Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 91-113. Educação. V.23, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/ypLL3PnTmLQkFfr97q4s3Rf/?lang=pt>.

Notas

^[1] Disponível em: https://static.psdb.org.br/wp-content/uploads/2014/07/diretrizes_plano_de_governo_aecio_neves-Atualizado.pdf.

^[2] Informação disponível em: <https://www.estadao.com.br/educacao/reforma-do-ensino-medio-esbarra-em-falta-de-estrutura-e-recursos/> Acesso em 30 de Janeiro de 2024

^[3] Dados disponíveis em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/25883-abandono-escolar-e-oito-vezes-maior-entre-jovens-de-familias-mais-pobres.html> . Acesso em 06/03/2023.

Programa teve ingresso de sua sétima turma no ano de 2024

Nos dias 04 e 05 de abril o ProfEPT - Polo do IFFar teve início às atividades da sua sétima turma de mestrado. A turma passou pelo processo seletivo que teve início em 2023 e foi concluído em 2024 com as matrículas e ingresso dos estudantes.

Neste ano, o processo seletivo teve como particularidade a atuação dos ingressantes em espaços formais ou não formais de Educação Profissional Tecnológica. Também, na ocasião da inscrição, os candidatos já deveriam optar por uma das linhas de pesquisa para realização do processo seletivo.

Houve ingresso de 24 estudantes neste processo seletivo, sendo que destes, 12 estão na Linha de pesquisa de Práticas Educativas em EPT e 12 na linha de pesquisa Organização e Memórias dos Espaços Pedagógicos na EPT.

Como programação inicial de recepção aos estudantes, a Comissão Acadêmica Nacional do ProfEPT promoveu no dia 03 de abril de 2024, de forma remota/online a aula inaugural nacional do ProfEPT, com a palestra **“Educação e juventude(s) no contexto das mudanças no mundo do trabalho e das reformas educacionais”**, proferida pela renomada professora Doutora Mônica Ribeiro da Silva da Universidade Federal do Paraná.

No dia 04 de abril os estudantes foram recepcionados, de forma presencial no campus Jaguari. Num primeiro momento, tiveram um diálogo a fim de se reconhecerem com coordenação do curso, os docentes e também o secretário do curso. Num segundo momento, foram recepcionados pelo senhor Ricardo Antônio Rodrigues, diretor geral do campus Jaguari e direções sistêmicas, também pelo senhor Carlos Lehn reitor substituto do IFFar, senhor Arthur Frantz pró-reitor de pesquisa, pós-graduação e inovação da instituição. Também foram convidados a participar da recepção os diretores gerais de todos os campi da instituição.

Ainda neste mesmo dia os estudantes iniciaram as atividades da componente curricular Bases Conceituais para a EPT.

Na sequência do semestre os estudantes irão aprofundar estudos referentes às componentes curriculares de Metodologia da Pesquisa e Seminário de Pesquisa, sendo que, ao final do primeiro semestre de curso espera-se que os mesmos já conheçam seus orientadores e já tenham produzida uma proposta inicial de projeto que contemple elementos básicos, tais como tema, objetivos, problema de pesquisa a ser investigado.

Neste semestre, considerando as condições de calamidade pública que assolaram o estado do Rio Grande do Sul e a comunidade do Vale do Jaguari e região, o calendário acadêmico do campus Jaguari necessitou ser suspenso de forma temporária e, neste sentido, no mês de maio não houveram atividades presenciais da turma no campus. Neste sentido, as aulas presenciais foram retomadas na data de 06 e 07 de junho e o calendário necessitou ser estendido, sendo a previsão de conclusão do mesmo em 30 de agosto de 2024.

Na sequência estão apresentados alguns registros fotográficos de atividades desenvolvidas pela turma em suas atividades presenciais no campus Jaguari.





Fotos cedidas pelos estudantes e docentes e extraídas das redes sociais do curso.

Defesas de dissertações e qualificações de projetos

No período de março a julho de 2024, foram realizadas 22 qualificações de projetos de pesquisa de estudantes ingressantes na turma 6, ano 2023 do programa. Também mais 02 qualificações de projetos de estudantes da turma 5, ingressante em 2022. Os mestrandos que realizaram suas qualificações de mestrado no período de março a julho de 2024 foram os seguintes:

Quadro 01-Projetos de pesquisa qualificados no ProfEPT - polo do IFFar Linha de pesquisa 01

Linha de pesquisa	Mestrando(a)	Orientador(a) Coorientador(a)	Título do projeto apresentado e aprovado
Práticas Educativas em EPT	Arioane Primon Soares	Mauricio Ramos Lutz	Práticas educativas transformadoras: promovendo a educação financeira em uma turma da EJA/EPT
	Cedenir Borghetti	Rafael W S Bueno	A Atuação Dos Profissionais De Engenharia Do Instituto Federal Farroupilha No Contexto Da Educação Profissional E Tecnológica
	Daniela Gonçalves Oliveira	Taniamara Vizzotto Chaves	Desenvolvimento Profissional Docente Na Educação Profissional E Tecnológica Da Rede Pública Estadual Do Rio Grande Do Sul: Entrelaçando Formação, Saberes E Vivências
	Guilherme Frederico Müller	Ana Cláudia de Oliveira da Silva	Verticalização Do Ensino Na EPT: Trajetórias Discentes E Percepções Acerca Da Educação Integral
	Lilian Morin Prates	Vantoir Roberto Brancher Ana Claudia de Oliveira da Silva	Diversidade sexual e de gênero nos cursos integrados da EPT: abordagens e práticas educativas
	Lisangela Bringhenti Da Rosa	Marcele Homrich Ravasio	O Setor de Assessoria Pedagógica e as práticas de mediação às aprendizagens na EPT

	Maria Clailta Machado Da Silva	Taniamara Vizzotto Chaves	VAMOS FALAR SOBRE DROGAS? Reflexões sobre a necessidade da abordagem da temática drogas no Curso Técnico em Informática na Educação Profissional e Tecnológica
	Michele Fernanda Silveira Da Silveira	Ana Cláudia de Oliveira da Silva	A biblioteca como espaço educativo na educação profissional e tecnológica: ações de incentivo à leitura
	Mônica Ribeiro de Araújo	Ana Claudia de Oliveira da Silva	A política de verticalização do ensino e a intensificação do trabalho docente nos institutos federais de ensino do rio grande do sul: exigências, complexidades e adoecimento mental
	Paulo Josué Lemos Alves	Rafael Winicius da Silva Bueno Taniamara Vizzotto Chaves	O papel da biblioteca na construção do pensamento crítico sob a perspectiva docente: um estudo de caso
	William Gonçalves Meireles	Mauricio Ramos Lutz	Resolução de Problemas e Tecnologias Digitais: reflexões sobre práticas educativas em uma Turma da EJA/EPT

Fonte: Secretaria do ProfEPT - IFFar - Polo Jaguari

Quadro 02- Projetos de Pesquisa qualificados no ProfEPT - polo do IFFar Linha de pesquisa 02

Linha de pesquisa	Mestrando(a)	Orientador(a) Coorientador(a)	Título do projeto apresentado e aprovado
Organização e memórias dos espaços pedagógicos na EPT	Ariéli Santos de Oliveira Ivaniski	Laila Azize Souto Ahmad	Currículo Integrado na EPT: uma análise a partir da abordagem do ciclo de políticas no Curso Técnico Integrado de Agricultura do IFFar Campus Jaguari-RS.

Eduardo Pereira Dos Santos	Maria Rosangela Silveira Ramos Adão Caron Cambraia	Constituição Do IFRS – Campus Vacaria: Contribuições Das Narrativas Memoriais De Servidores
Fernanda Machado Lourenço Olaz	Maria Rosangela Silveira Ramos Catiane Mazocco Paniz	Organização Da Temática Educação Ambiental No Curso Técnico Em Agropecuária Integrado Do IFFAR
Igor Lindemaier Cavalheiro	Adão Caron Cambraia Ricardo Antônio Rodrigues	Organização De Espaços Pedagógicos No Curso De Edificações: Formação Integrada Em Atividade No Laboratório
Hélio Leal Barcelos	Adão Caron Cambraia	Letramento Digital Por Meio Do Trabalho Pedagógico Crítico No Curso Técnico Em Sistemas De Energia Renovável
João Marcos Boton Consentino	Vanessa de Cássia Pistóia Mariani	Memórias E Saberes: Entendimentos Agroecológicos Dos Alunos Do Eixo De Recursos Naturais Do IFFAR São Vicente Do Sul E Suas Relações Com A Educação Profissional Tecnológica
Keli Fabiana Keffer Lopes	Catiane Mazocco Paniz	O Processo Seletivo dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - Campus Alegrete: Inclusão ou Exclusão? Desafios na EPT
Leo Marcos Werner	Daniela Copetti Santos	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório e as empresas parceiras: uma contribuição na formação dos Técnicos em Agricultura do Instituto Federal Farroupilha
Leonardo Simborski Dorneles	Catiane Mazocco Paniz	O Autorreconhecimento do Técnico-Administrativo em Educação na Formação Integrada do Instituto Federal Farroupilha
Luize Pires Lena	Laila Azize Souto Ahmad	Concepções E Memórias De Formação Humana Integral E Emancipação: Um Estudo Com Egressos Do Programa De Mestrados Profissional Em Educação Profissional E Tecnológica - ProfEPT Do Polo IFFAR, Campus Jaguari/Rs

Marcelo Godoy De Almeida	Vanessa de Cássia Pistóia Mariani	Entre Memórias E Fatos: Olhares Sobre A Implementação Do Instituto Federal De Ciência E Tecnologia Farroupilha, Campus São Borja
Milene de Barros da Silva Frescura	Maria Rosangela Silveira Ramos Catiane Mazocco Paniz	A Curricularização Da Extensão Nos Cursos De Administração E Gestão Pública No IFFAR Campus São Vicente Do Sul
Tháís Cortes Sagrilo	Letícia Ramalho Brittes	PROTAGONISMO FEMININO NA DITADURA MILITAR DO BRASIL: uma análise sobre o assunto no currículo de história dos cursos de Ensino Médio Integrado do Instituto Federal Farroupilha – Campus Jaguari

Fonte: Secretaria do ProfEPT - IFFar - Polo Jaguari



Selo comemorativo a centésima dissertação e produto educacional produzidos e defendidos no ProfEPT - IFFar, Campus Jaguari.

(Criação: Direção Geral - Campus Jaguari)

Também, até a data de publicação deste Boletim foram apresentados 14 relatórios de dissertação de mestrado e produtos educacionais da turma ingressante em 2022 e 03 referentes à turma ingressante em 2021. Os mestrandos que concluíram seus relatórios de dissertações e realizaram apresentação de seus produtos educacionais estão listados a seguir:

Quadro 03- Dissertações e produtos defendidos no ProfEPT - polo do IFFar Linha de pesquisa 01

Linha de pesquisa	Mestrando(a)	Orientador(a) Coorientador(a)	Título da dissertação	Título do produto educacional	Link para a acesso ao produto educacional
Práticas Educativas em EPT	Nicole Hack	Vantoir Roberto Brancher	Trajeto Formativos E Práticas Educativas: A Atuação Dos Intérpretes De Libras - Português Na EPT	O Tradutor Intérprete de Libras-Português e a sua Ética Profissional".	http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/746536
	Rogério Marques Cresseri	Maurício Lutz Fábio Diniz Rossi	Computação Desplugada: estimulando a aprendizagem em cursos de Tecnologia da Informação	Atividades desplugadas – Técnico em Informática	http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/743058
	Viviani Aparecida Sasso Saraiva	Ricardo Antonio Rodrigues	Percepção Dos Alunos Do EJA Sobre a Importância Da Implementação De Políticas De Assistência Estudantil E Sua Relação Com a Permanência e o Êxito No IFFAR- Campus São Borja	Roteiro para Grupo Focal - Diálogos construtivos e saberes, a partir do Auxílio Permanência da Assistência Estudantil enquanto práxis da cidadania.	http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/746343

Newton Del Cueto Gonçalves	Taniamara Vizzotto Chaves	RESPONSABILIDADE AMBIENTAL NA FORMAÇÃO ACADÊMICA: Práticas Educativas de um Núcleo Ambiental em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Roteiro para rodas de conversas com vistas a construção de uma Educação Ambiental dialógica no IFFAR - Campus São Borja -RS	http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/748595
Rosane do Amaral Peixoto	Marcele Homrich Ravasio	Ações de permanência e êxito no curso técnico em Comércio-EJA/EPT do campus Júlio de Castilhos durante o ensino remoto emergencial e no pós-pandemia	GUIA INFORMATIVO: Permanência e Êxito no IFFar, campus Júlio de Castilhos-Ações durante a pandemia e pós-pandemia	http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/744651
Evandro Vanderlei Steffen	Neiva Maria Frizon Auler	Abelhas sem ferrão do rio grande do sul: aspectos técnicos e importância econômica e ambiental	Curso "Abelhas sem Ferrão no Rio Grande do Sul: Aspectos Técnicos e Importância Econômica e Ambiental"	http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/748407
Ana Paula Dal Forno Dal Oster Baier	Ricardo Antonio Rodrigues Ana Claudia de Oliveira da Silva	A comunicação não violenta no ambiente escolar da Educação Profissional e Tecnológica: um convívio empático e respeitoso.	Conhecendo a Comunicação Não Violenta: convívio empático e respeitoso na caminhada da Educação Profissional e Tecnológica	http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/748571

Fonte: Secretaria do ProfEPT - IFFar - Polo Jaguari

Quadro 04- Dissertações e produtos defendidos no ProfEPT - polo do IFFar Linha de pesquisa 02

Linha de pesquisa	Mestrando(a)	Orientador(a) Coorientador(a)	Título da dissertação	Título do produto educacional	Link para a acesso ao produto educacional
Organização e Memórias dos espaços pedagógicos na EPT	Aline Santana Leal	Vanessa de Cássia Pistóia Mariani	Memórias e Percursos Formativos das Mulheres Negras do IFFAR	Mulheres pretas empoderadas, empoderam outras	http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/746346
	Joice Pereira Soares	Letícia Ramalho Brittes	Reforma de Ensino Médio: Condições de Produção da desigualdade	Reforma de Ensino Médio: Condições de Produção da desigualdade	http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/748099
	Joice Maria Dullius	Maria Rosângela Silveira Ramos Catiane Mazocco Paniz	Verticalização do ensino: concepções e memórias de estudantes egressos do IFFar Campus Santa Rosa	Construindo caminhos no IFFar Campus Santa Rosa: da formação técnica em Móveis e em Edificações ao ensino superior de Arquitetura e Urbanismo	https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/742921
	Katia Gilene dos Santos Moura	Daniela Copetti Santos	Organização e memórias: ações desenvolvidas pelo núcleo de gênero e diversidade sexual de uma instituição pública federal do sul do país	Todas as cores do arco-íris: Gênero e Diversidade sexual"	http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/744817
	Marciano Percincula	Vanessa de Cássia Pistóia Mariani Neiva Maria Frizon Auler	Memórias e percepções relacionadas a educação ambiental: um estudo de caso sobre as famílias dos alunos do curso técnico em agropecuária do IFFAR - Campus Santo Augusto	CARTILHA DIDÁTICA SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: reflexões e memórias na Educação Profissional e Tecnológica	http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/746230

Ronimar Gomes	Rosso	Catiane Mazocco Paniz Maria Rosangela Silveira Ramos	A importância da gestão e controle dos bens patrimoniais para contribuir na qualidade das atividades educacionais	Guia prático para o controle de materiais: como cuidar do patrimônio	http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/742922
Rozilene Vizzotto		Letícia Ramalho Brittes Taniamara Vizzotto Chaves	Leitura crítica na EJA/EPT: contribuições da análise de discurso crítica	Leitura crítica na formação da EJA/EPT: contribuições da análise de discurso crítica	http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/746249
Tânia Pinheiro	Terezinha	Daniela Copetti Santos	A organização na oferta e distribuição de kits de alimentos durante a pandemia aos discentes do ensino médio integrado em uma instituição pública federal do sul do país	Organização e Memórias da Distribuição de Kits de Alimentos a Estudantes do Instituto Federal Farroupilha Durante a Pandemia da Covid-19.	http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/742571
Valeria Rodrigues	Soares	Maria Rosangela Silveira Ramos Catiane Mazocco Paniz	Recuperação da Aprendizagem no ensino de Matemática na Educação Profissional e Tecnológica - caminhos (re)construídos	Aprender a Reaprender - Recuperação da Aprendizagem de Matemática	http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/746275
Vanessa Backes	Ferreira	Maria Rosangela Silveira Ramos Catiane Mazocco Paniz	Potencialidades e desafios do ensino médio integrado para uma formação integral - um estudo de caso	Instituto Federal Farroupilha e o Ensino Médio Integrado	http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/744375

Fonte: Secretaria do ProfEPT - IFFar - Polo Jaguari

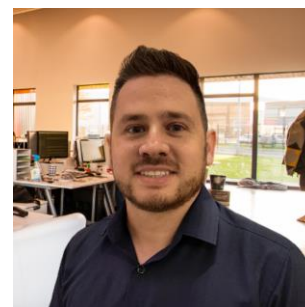
Como o mestrado ProfEPT fez a diferença na minha vida profissional!!

A oportunidade de concluir o Mestrado através do ProfEPT representou a realização de algo que jamais havia sido cogitado, quando adolescente, para um jovem de família humilde, criado pelos avós, uma graduação já era um sonho muito distante da minha realidade. O ProfEPT me proporcionou uma experiência de vida inédita para a minha família, sendo que fui o primeiro a obter o título de Mestre, fato este que encheu de orgulho todos os meus familiares, que hoje me tem como uma inspiração. O tema escolhido para a pesquisa, que foi a Diversidade Sexual, tema do qual eu gosto e tenho prazer em debater, proporcionou a sensação de uma realização pessoal, pela oportunidade de poder contribuir na construção de um mundo mais tolerante e com um olhar diferenciado sob as diferentes orientações sexuais, considerando que somos seres únicos e com uma pluralidade de ideias e pensamentos. Quando era mais jovem, a leitura era uma das minhas grandes paixões, o que com o passar dos anos e o tempo corrido foi se apagando, o ProfEPT permitiu o despertar do interesse pela leitura e escrita, o que melhorou a minha comunicação verbal, abrandando minha timidez quando é necessário expressar minhas ideias. Após a conclusão da pesquisa, a análise dos dados, a defesa da dissertação e a obtenção do título de Mestre, percebi a importância em dar continuidade na minha pesquisa, desta forma, despertou a vontade em dar continuidade aos estudos, sendo que o próximo passo será o ingresso no programa de Doutorado.



Ms. Paulo Rogério Caldeira, Egresso do ProfEPT- IFFAR, Polo de Jaguari, Turma 2021.

Ingressei na Secretaria do ProfEPT do IFFar em 2019, foi uma mudança significativa, pois ao mesmo tempo em que houve a troca de Campus, houve também o desafio de realizar novas atividades profissionais. Este novo espaço proporcionou a compreensão de conceitos básicos da nossa instituição, tais como o Ensino Integrado e a Educação Profissional e Tecnológica, desconhecidos por mim até então, mesmo já trabalhando no IFFar há mais de 7 anos, quando ocorreu a troca de ambiente profissional. Devido às características do ProfEPT, por ser um mestrado em rede e com a pluralidade de formações de seus integrantes, tanto discentes, quanto docentes, as interações as quais realizei e realizo diariamente fizeram enriquecer o “Eder” tanto profissionalmente quanto pessoalmente, pois conviver com pessoas que estão em processos de busca e construção de conhecimento, nos fazem evoluir também. Quando finalizei o ensino médio, meu sonho era cursar “algum” curso técnico, não imaginava um curso superior, pelas condições daquele momento. Hoje com o mestrado concluído, compreendo a importância deste espaço para a minha evolução. Não cursei o mestrado no ProfEPT, mas desde antes do ingresso no PPGTER houveram contribuições de colegas daqui. O título da pesquisa realizada foi: “Otimização de atividades com uso de Tecnologias Educacionais Em Rede, na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - Polo IFFar”, a qual teve não somente um olhar para as ações na secretaria visando a qualificação destas, um aprofundamento teórico sobre as bases deste curso, além de capturar as percepções de discentes sobre o trabalho da secretaria. O produto educacional desenvolvido foi no formato de curso aberto, o qual aborda as tecnologias utilizadas nas atividades desta secretaria para contornar as limitações e as especificidades dos sistemas utilizados pelo programa. Acredito que a minha contribuição com a instituição é mais relevante após o início do trabalho neste curso, do que nas atribuições anteriores, pode-se listar desde o ingresso dos novos discentes, matrículas, exames de qualificações, as defesas e a abertura dos processos de diplomação como algumas ações de operacionalização que de alguma forma contribuem no percurso formativo de muitos(as) mestres(as) egressos(as) do ProfEPT, que certamente reflete positivamente nos espaços onde cada uma dessas pessoas está inserida seja, dentro ou fora do IFFar.



Ms. Eder Fernando Borba. Secretário do ProfEPT - IFFar - Polo de Jaguari.

Docente do ProfEPT IFFar *Campus Jaguari* publica livro contemplando a temática de Bases Conceituais em Educação Profissional e Tecnológica



A docente Letícia Ramalho Brittes, lotada no *Campus Jaguari*, membra do Quadro Permanente do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do ProfEPT, acaba de lançar, pela editora Ilustração, o livro “Trabalho, linguagem e ensino: uma análise sobre o discurso pedagógico.

O livro é embasado na apresentação de conceitos-chave da Sociologia do Trabalho e se relaciona com a atuação da docente no ProfEPT, especificamente, com seu trabalho no Componente Curricular de Bases Conceituais em Educação Profissional e Tecnológica, no qual atua desde 2017 (ano de ingresso da primeira turma no curso).

Trata-se de uma obra que analisa as modificações do mundo do trabalho, no processo de constituição do capitalismo contemporâneo, a partir de suas mudanças estruturais e conjunturais e suas consequências imediatas para o trabalho docente. A autora dimensiona a sala de aula para a centralidade do processo de ensino e argumenta que o discurso pedagógico dos professores constitui-se em seu próprio

trabalho. Curiosamente por esse viés, que vai esmiuçar a rede de atividades e as teias discursivas enredadas na dialética ensinar-aprender-ensinar, a negociação de sentidos sobre a noção de trabalho e a valorização que se impõe para os papéis de professor e de estudante nesse contexto.

Para tanto, a autora organiza o texto em três partes complementares entre si: a primeira parte, destinada à apresentação dos pressupostos teóricos e metodológicos, em que os conceitos-chave da sociologia do trabalho constituem-se nas bases conceituais do estudo. A segunda parte, destinada à ativação dos dispositivos analíticos da Análise de Discurso da Escola Francesa a fim de se explorar os sentidos produzidos a partir do trabalho docente. A terceira e última parte, trata de apresentar as considerações finais do texto e algumas novas indagações que surgiram com a realização da pesquisa ora apresentada.

Letícia acredita que revisitar o marxismo e seus conceitos fundantes seja de crucial importância para a formação de novos cientistas na área educacional, especificamente na área de ensino, pois ajuda a desenvolver um olhar crítico e dialético sobre a realidade social. Acrescenta ainda, que a partir do Componente de Bases Conceituais em Educação as pesquisas dos estudantes do ProfEPT redimensionam seus projetos iniciais, o que possibilita aprofundar os estudos sobre seus objetos de pesquisa. Nesse sentido, o livro pode contribuir sobremaneira para a construção do arcabouço teórico e metodológico de nossos estudantes. Este último, por certo, foi um de meus objetivos com esta publicação! Espero que apreciem a leitura e que lhes seja útil! – acrescenta a autora.

O livro será oficialmente lançado na Feira do Livro de Santiago-RS, que será realizada entre os dias nove a treze de outubro em Santiago. Maiores informações serão divulgadas no *site* do ProfEPT na seção de notícias. Abaixo disponibilizamos o *link* do *site* da livraria virtual para quem tiver interesse em adquirir a obra em seu formato físico. A professora Letícia também informa que possui alguns exemplares em Jaguari

e Santiago. Caso alguém tenha interesse também poderá entrar em contato com ela através de seu contato de *Whatsapp*: (55) 996302527.

Link do site para aquisição do livro:

<https://www.livro.vc/livros/educacao/educacao-e-desenvolvimento/trabalho-linguagem-e-ensino>



Layout da capa do livro publicado e material de divulgação da editora

Docentes vinculados ao programa

Linha de pesquisa	Docente do programa	Contato e link para acesso ao currículo lattes
Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT)	Ana Cláudia de Oliveira da Silva (IFFAR Campus de São Vicente do Sul)	anaclaudia@iffarroupilha.edu.br http://lattes.cnpq.br/5329243617221780
	Marcele Teixeira Homrich Ravasio (IFFAR Campus Santo Ângelo)	marcele.ravasio@iffarroupilha.edu.br http://lattes.cnpq.br/8085073893881510
	Maurício Ramos Lutz (IFFAR Campus Alegrete)	mauricio.lutz@iffarroupilha.edu.br http://lattes.cnpq.br/5099730179818142
	Neiva Maria Frizon Auler (IFFAR Campus São Vicente do Sul)	n.auler@iffarroupilha.edu.br http://lattes.cnpq.br/4721165773734294
	Rafael Winicius da Silva Bueno (IFFAR Campus São Vicente do Sul)	rafael.bueno@iffarroupilha.edu.br http://lattes.cnpq.br/9132104547468000
	Ricardo Antonio Rodrigues (IFFAR Campus Jaguari)	ricardo.rodrigues@iffarroupilha.edu.br http://lattes.cnpq.br/2052548816755075
	Taniamara Vizzotto Chaves (IFFAR Campus São Borja)	taniamara.chaves@iffarroupilha.edu.br http://lattes.cnpq.br/5956372151365815
	Vantoir Roberto Brancher (IFFAR Campus Jaguari)	vantoir.brancher@iffarroupilha.edu.br http://lattes.cnpq.br/3260077562370842
Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)	Adão Caron Cambraia (IFFAR Campus Santo Augusto)	adao.cambraia@iffarroupilha.edu.br http://lattes.cnpq.br/4507314509079204
	Catiane Mazocco Paniz (IFFAR Campus São Vicente do Sul)	catiane.paniz@iffarroupilha.edu.br http://lattes.cnpq.br/7119419910632854
	Daniela Copetti Santos (IFFAR Campus Santa Rosa)	daniela.copetti@iffarroupilha.edu.br http://lattes.cnpq.br/3000585794868964
	Laila Azize Souto Ahmad (IFFAR Campus Jaguari)	laila.souto@iffarroupilha.edu.br http://lattes.cnpq.br/2919524194737397
	Letícia Ramalho Brittes (IFFAR Campus Jaguari)	leticia.brittes@iffarroupilha.edu.br http://lattes.cnpq.br/5104573307305494
	Maria Rosângela Silveira Ramos (IFFAR Campus São Vicente do Sul)	maria.ramos@iffarroupilha.edu.br http://lattes.cnpq.br/8765165000766588
	Vanessa de Cássia Pistóia Mariani (IFFAR Campus Jaguari)	vanessa.mariani@iffarroupilha.edu.br http://lattes.cnpq.br/0276460493806137



Equipe organizadora

Eder Fernando Borba - Secretário do ProfEPT - IFFar

Taniamara Vizzotto Chaves - Docente e coordenadora do ProfEPT - IFFar

Vanessa de Cássia Pistóia Mariani - Docente e coordenadora adjunta do ProfEPT - IFFar

Nossos contatos e localização

Nosso site:

<https://www.iffarroupilha.edu.br/profept-iffar>

Nossos contatos:

profeptiffarroupilha@iffarroupilha.edu.br

secretariaprofept@iffarroupilha.edu.br

Nosso endereço e localização:

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - Campus Jaguari, BR 287, KM 360, Estrada do Chapadão, s/n - CEP 97760-000, Rio Grande do Sul/RS.

